

Mudança de patamar

COMO CINCO MESES DE GOVERNO ESTÃO ALTERANDO AS PERSPECTIVAS DA ECONOMIA EM PRAZO MAIS LONGO

*Rogério L. Furquim Werneck**

Mesmo um observador pouco atento do debate econômico no País não deixaria de notar que, nas últimas semanas, a discussão dominante passou a ser travada em tom bem mais alto do que o usual. Os ânimos andam acirrados e os nervos, à flor-da-pele. Há sinais de muita irritação. E certas posições vêm sendo defendidas com níveis cada vez mais insólitos de agressividade e radicalismo. Um crescendo que culminou, nessa semana, na torrente de críticas exaltadas do próprio vice-presidente da República à condução da política macroeconômica.

Não se vai muito longe no entendimento dessa escalada, partindo-se do pressuposto de que o que de fato está em discussão é tão-somente se a taxa de juros deveria começar a cair em maio, em junho ou em julho, ou se a taxa de câmbio deveria ser mantida em R\$ 3,00, 3,20 ou 3,40. É claro que parte da discussão é exatamente sobre isso, mas não é dela que advém tamanha estridência. A parte que verdadeiramente importa nesse enredo de som e fúria não parece ser exatamente essa. Perceber o que há por trás de tanta divergência ajuda a entender porque a discussão se tornou tão ruidosa. E permite também discernir, no acirramento do debate, não só aspectos negativos, mas evidências de avanços importantes que não vêm sendo devidamente ressaltados.

A verdade é que, nas últimas semanas, o governo vem dando sinais cada vez mais convincentes da extensão do seu efetivo compromisso com a manutenção de uma política macroeconômica consistente. Não apenas a atuação do ministro da Fazenda e suas manifestações acerca dos rumos da política econômica continuam a mostrar inequívoca firmeza de propósitos, como a cúpula do governo não tem deixado espaço para dúvidas acerca do respaldo que continua a dar ao ministro. Em janeiro, ainda havia, na ampla e heterogênea coalizão governista, quem acreditasse que a postura de compromisso com uma política macroeconômica consistente não passava de uma encenação oportunista do novo governo. Quando essa avaliação se mostrou insustentável, ganhou força a expectativa de que, embora sincera, tal postura logo seria devidamente relaxada, assim que as condições externas permitissem. Fatos relativamente recentes, bastante concretos, como a escolha de dois novos diretores do Banco Central, vão tornando tal expectativa cada vez mais infundada. Quem acreditou que Lula traria crescimento à vista e combate à inflação parcelado em 48 prestações – ou a perder de vista – começa afinal a se dar conta que a coisa pode acabar sendo bem diferente. Isto explica parte substancial da estridência das críticas, agora exacerbadas pela constatação de que, apesar de tudo, Lula se mantém com a popularidade em alta. São críticas que não envolvem discordância sobre a sintonia fina da política monetária, mas sobre algo muito mais fundamental: a própria idéia de se dar prioridade, nesse início de governo, ou talvez em qualquer momento, ao combate à inflação.

Outra parte da estridência tem origem um tanto distinta. Tem pouco a ver com a coalizão que dá apoio ao novo governo. E muito mais com críticas da parte de quem, mesmo não tendo votado em Lula, estava com tudo pronto para festejar o enterro da política econômica do governo FHC e ainda está tentando entender o que aconteceu. Envolve um elenco variado, que vai, desde economistas que se viram sem muito o que dizer depois da espetacular melhora da balança comercial, a contestadores renitentes da própria idéia de condução da política monetária com base em metas para a inflação.

Não há a menor dúvida de que um debate tão ruidoso é desgastante, especialmente quando boa parte do ruído vem de dentro da coalizão governista e até do próprio vice-presidente da República. Mas há um outro ângulo a se ter em conta. Por paradoxal que possa parecer, tanta tensão denota também um avanço extremamente positivo. Por trás de todo o barulho em torno da explicitação nua e crua das efetivas prioridades do novo governo, há que se perceber que o Brasil está vivendo um penoso mas importante rito de passagem. E o que há do outro lado é um país fundamentalmente diferente do que se tinha há não mais de um ano. Um país em que o que se costuma chamar de *common ground*, o terreno, no campo das idéias, compartilhado pelo governo e pela oposição, é muito mais amplo do que no Brasil de 2002. Pelo menos no que diz respeito a princípios básicos de condução da política macroeconômica.

É mais do que saudável que continue existindo largo espaço para divergências entre governo e oposição. Entre o que era governo e agora é oposição. Ou entre o que agora é governo e antes era oposição. Divergências quanto às mais variadas questões. Mas será um grande avanço se tais divergências de fato deixarem de envolver princípios básicos de condução da política macroeconômica.

Não se pode subestimar a importância desse avanço. Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelo País, no passado ainda recente, era o onipresente espectro de uma mudança de governo que viesse a implicar súbita reviravolta na condução da política macroeconômica. O temor de que isso pudesse acontecer foi por muito tempo fonte de grande incerteza e instabilidade, com conseqüências funestas, como tão claramente se pôde constatar no ano passado. A possibilidade concreta de que tal temor esteja prestes a desaparecer de cena, talvez definitivamente, sugere que, no que diz respeito às suas potencialidades, o País pode estar sendo alçado a um patamar bem mais elevado. Caso isso de fato ocorra, passarão a ser muito mais promissoras as perspectivas de longo prazo, na medida em que um fator tão importante de risco seja afinal eliminado das decisões de investimento que, em boa parte, devem condicionar as possibilidades de crescimento da economia brasileira no futuro.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.